

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA
UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO EDUCACIONAL**

Paula Maria dos Santos Pedry

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA GESTÃO
DEMOCRÁTICA DE ESCOLAS PÚBLICAS**

Três Passos, RS
2018

Paula Maria dos Santos Pedry

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA GESTÃO
DEMOCRÁTICA DE ESCOLAS PÚBLICAS**

Trabalho de conclusão apresentado ao Curso de Especialização em Gestão Educacional (EaD), da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como requisito parcial para obtenção do título de **Especialista em Gestão Educacional**.

Orientador: Dra. Daniele Rorato Sagrillo

Três Passos, RS
2018

Paula Maria dos Santos Pedry

**A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA GESTÃO
DEMOCRÁTICA DE ESCOLAS PÚBLICAS**

Trabalho de conclusão apresentado ao
Curso de Especialização em Gestão
Educativa (EaD), da Universidade
Federal de Santa Maria (UFSM/RS), como
requisito parcial para obtenção do título de
Especialista em Gestão Educacional.

Aprovado em 29 de junho de 2018

DANIELE RORATO SAGRILLO, Prof^a. Dra. (UFSM)
(Presidente/ Orientadora)

ANA PAULA DA ROSA CRISTINO ZIMMERMANN, Prof^a. Dra.
(Examinadora)

ANDREIA VEDOIN, Prof^a. Dra. (UFSM)
(Examinadora)

Três Passos, RS
2018

RESUMO

A IMPORTÂNCIA DA PARTICIPAÇÃO DOS PAIS NA GESTÃO DEMOCRÁTICA DE ESCOLAS PÚBLICAS

AUTOR: Paula Maria dos Santos Pedry
ORIENTADORA: Dr^a Daniele Rorato Sagrillo

Este trabalho aborda a produção de conhecimento no campo da gestão democrática, com enfoque na relação entre participação da família e a gestão escolar. Metodologicamente a pesquisa consiste em um “Estado da Arte”. A sistematização da produção científica em torno do tema em questão ocorreu através da realização de um mapeamento no banco de dados da plataforma SciELO, na qual obteve-se 19 artigos para análise, durante o período de 1991 a 2018. Esses foram agrupados em três categorias centrais, sendo elas: importância da gestão democrática nas escolas públicas; gestão democrática e a participação da família; relação família-escola. Identificou-se que a parceria “família - escola” contribui para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos, tornando o princípio da participação fundamental no desenvolvimento do processo educacional. Portanto a gestão democrática destacou-se como um caminho eficaz a ser seguido, pois a comunidade escolar envolve-se em ações e projetos em diferentes perspectivas, construindo assim uma escola para todos e feita por todos.

Palavras-chave: Gestão democrática. Escola. Família.

ABSTRACT

The importance of parental involvement in the democratic management of public schools

AUTHOR: Paula Maria dos Santos Pedry

ADVISOR: Dra Daniele Rorato Sagrillo

This paper deals with about the production of knowledge in the field of democratic management, focusing on the relationship between family participation and school management. Methodologically the research consists of a "State of Art". The systematization of the scientific production around the theme in question occurred through a mapping in the database of the SciELO platform, in which obtained 19 articles for analysis, during the period from 1991 to 2018. These were grouped into three central categories: importance of democratic management in public schools; democratic management and family participation; family-school relationship. It was identified that the "family-school" partnership contributes to improve, the quality of teaching and learning of students, making the principle of participation fundamental in the development of the educational process. Therefore, democratic management has emerged as an effective way to followed, because the school community is was involved in actions and projects in different perspectives, thus building a school for all and made by all.

Keywords: Democratic management. School. Family.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1: Levantamento da produção	21
Quadro 2: Levantamento realizado sobre os 19 artigos	24
Quadro 3: Breve resumo dos 19 artigos	24

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CNPQ Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico

LDB Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira

PPP Projeto Político pedagógico

SciELO Scientific Electronic Library Online

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. GESTÃO DEMOCRÁTICA.....	12
3. A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA	17
4. O PERCURSO METODOLÓGICO	20
4.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS	26
Temática 1: Importância da Gestão Democrática nas Escolas Públicas	
26	
Temática 2: Gestão Democrática e a Participação da Família.....	29
Temática 3: Relação Família – Escola	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS	35

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar a produção de conhecimento no campo da gestão democrática, durante o período de 1991 a 2018, com enfoque na relação entre participação da família e a gestão escolar. É de suma importância entender o quanto a participação da família contribui na dinâmica escolar e no processo ensino/aprendizagem, pois os alunos trazem consigo uma bagagem de conhecimentos adquiridos do meio em que vivem. Segundo Szymanky (2003) a família é a primeira educadora e é com ela que a criança aprende modos de existir e atribuir significados.

Geralmente, essa relação é dicotômica no contexto escolar, ora há resistência por parte da família em querer participar das decisões e atividades escolares, ora a própria escola entende que os pais atrapalham o desenvolvimento das propostas pedagógicas. Em outros casos ainda, desafia-se na elaboração de estratégias para obter maior envolvimento das famílias na vida cotidiana das escolas e respectivamente de seus filhos.

Um dos caminhos possíveis para essa desejada participação seria através de uma gestão democrática, o que é algo considerado novo ainda, já que implantado no Brasil a partir da década de 80, mas enfrenta dificuldades de compreensão e instrumentalização para romper a estrutura hierárquica e autoritária nas escolas.

O Art. 205 da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988) é claro ao ressaltar que:

A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Desta forma, a educação passa a ser um direito de qualquer cidadão, pois a educação consiste em um dos meios para que se construam situações de igualdade e capacitação. A família, portanto, também recebe a importante função de colaborar ativamente nesse processo educativo.

Conforme o Artigo 12 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9394/96), a escola tem a incumbência de articular-se com as famílias e a comunidade criando processos de integração da sociedade com a escola, pois de acordo com o Inciso VII do referido artigo é dever da escola informar os pais e responsáveis sobre a frequência e o rendimento dos alunos,

bem como sobre a execução de sua proposta pedagógica. Já o artigo Art. 14 menciona que os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola; II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares equivalentes. (BRASIL, 1996).

No mesmo seguimento, a legislação define no Art. 15 a seguinte diretriz:

Os sistemas de ensino assegurarão às unidades escolares públicas de educação básica que os integram progressivos graus de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira observada às normas gerais de direito financeiro público. (BRASIL, 1996).

É dentro desse contexto que se justifica este estudo. Nesta perspectiva, este trabalho objetiva analisar qual a importância da relação família – gestão escolar e suas implicações no cotidiano escolar. Com base no objetivo geral, foram elaborados alguns objetivos específicos:

- Verificar através de artigos o impacto demonstrado na produção do conhecimento, objeto deste estudo, sobre a participação da família na escola;
- Identificar as formas de participação da família na escola e qual o modelo de gestão escolar preconizado;
- Verificar fatores indicativos de experiências exitosas e não exitosas na relação participação da família – gestão escolar.

Para atingir os objetivos propostos, procurou-se compreender, a partir de um mapeamento de artigos publicados, como se desenvolve a interação família/escola e qual suas implicações no contexto escolar. Os artigos foram selecionados na plataforma SciELO. Essa se constitui em um projeto FAPESP / BIREME / CNPq com intuito de aplicar metodologia comum para a preparação, armazenamento, disseminação e avaliação da produção científica em formato eletrônico, cumprindo papel relevante cientificamente na filtragem, validação e comunicação de novos conhecimentos gerados pelas pesquisas.

A busca envolveu os seguintes descritores: *gestão, escola e família*. Os filtros utilizados foram somente de “coleções do Brasil” e da “área da educação”. Obteve-se como resultados 24 artigos. Desses 24 artigos, foram analisados neste estudo o quantitativo de 19 artigos. Os demais não incluídos apresentaram foco que não contribuía com o objetivo desta pesquisa¹.

Com intuito de apresentar a sistematização desta monografia, a mesma foi dividida em três capítulos. O primeiro aborda a gestão democrática e sua importância dentro do contexto escolar. O segundo capítulo esboça a participação da família na escola e como essa relação pode ajudar ou prejudicar a qualidade educacional em diferentes aspectos. O terceiro e último capítulo expõe o caminho metodológico e apresenta os resultados obtidos, bem como a análise da pesquisa realizada.

¹ Artigos desconsiderados análise da pesquisa: O pró-saúde e seus dilemas na universidade privada; Autoavaliação como estratégia de resistência à avaliação externa ranqueadora; Uma análise do projeto setorial integrado Wines Of Brasil como estratégia de internacionalização do setor vitivinícola brasileiro; Gramsci e a educação: a renovação de uma agenda esquecida; A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas: conceitos básicos e possibilidades de aplicação à administração escolar.

2. GESTÃO DEMOCRÁTICA

O significado de gestão, segundo o dicionário Aurélio (2004), é o ato de gerir, gerenciar, administrar e o termo democracia é o regime que se baseia na ideia de liberdade e de soberania popular, regime em que não existem desigualdades e/ou privilégios de classes, sendo o poder exercido pelo povo.

“A gestão democrática é um tema muito discutido atualmente entre educadores, representando importante desafio na operacionalização das políticas educacionais e no cotidiano das escolas” (VIEIRA, 2007, p.64). O autor acrescenta que na “Constituição de 1988 definiu-se a “gestão democrática do ensino público, na forma da lei” como um de seus princípios (Art. 206, Inciso VI)”, posteriormente corroborado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) conforme expresso no Art. 14.

Segundo Mendonça (2001, p.85), a gestão democrática da educação foi inicialmente compreendida “‘como direito universal’ ao acesso e, posteriormente, como direito a um ensino de qualidade e de participação democrática na gestão das unidades escolares e dos sistemas de ensino”.

Desta forma, a gestão democrática engloba a noção da escola como espaço de vivência democrática e de administração participativa. Mendonça (2009) prima pela participação de todos os membros da comunidade escolar (família, professores, alunos e funcionários) na construção do projeto pedagógico, na administração dos recursos da escola, ou seja, nas decisões da escola. O envolvimento efetivo da comunidade escolar possibilita na concepção de Veiga (2014, p.13) “a formação do cidadão participativo, responsável, compromissado, crítico e criativo”.

Quando as famílias têm conhecimentos do trabalho desenvolvido pela direção, coordenação e professores, como sobre o projeto político pedagógico (PPP), elas mesmas passam a entender em que contexto educacional as crianças estão inseridas e com isso tem subsídios para contribuir com o processo necessário.

Conforme Veiga (1995, p.12):

O projeto político-pedagógico vai além de um simples agrupamento de planos de ensino e de atividades diversas. O projeto não é algo que é construído e em seguida arquivado ou encaminhado às autoridades educacionais como prova do cumprimento de tarefas

burocráticas. Ele é construído e vivenciado em todos os momentos, por todos os envolvidos com o processo educativo da escola.

Dessa forma, para a autora, o projeto político-pedagógico,

[...] ao se constituir em processo democrático de decisões, preocupa-se em instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico que supere os conflitos, buscando eliminar as relações competitivas, corporativas e autoritárias, rompendo com a rotina do mando impessoal e racionalizado da burocracia que permeia as relações no interior da escola, diminuindo os efeitos fragmentários da divisão do trabalho que reforça as diferenças e hierarquiza os poderes de decisão. (VEIGA, 2014, p.2).

A gestão democrática tem como eixo principal a busca pela concretização da educação como um direito social, assim como o acesso, a permanência e a qualidade. É uma prática político pedagógica que procura estabelecer mecanismos institucionais capazes de promover a participação qualificada do corpo docente da escola e demais interessados na ação educativa (CURY, 2005).

Neste sentido, Cury (2007, p.493) ressalta que,

A escola é uma instituição de serviço público que se distingue por oferecer o ensino como um bem público. Ela não é uma empresa de produção ou uma loja de vendas. Assim, a gestão democrática é, antes de tudo, uma abertura ao diálogo e à busca de caminhos mais consequentes com a democratização da escola brasileira em razão de seus fins maiores postos no artigo 205 da Constituição Federal.

Nesse modelo de gestão temos que ter em mente que o papel do diretor não é sinônimo de chefe, comando, governo, etc. A atuação desse profissional volta-se à de um facilitador na implantação de procedimentos participativos de todos os membros envolvidos na comunidade escolar, no sentido de democratizar a escola, “Sendo assim não se pode haver democratização plena sem pessoas democráticas para exercê-la” (PARO, 2006).

De acordo com Paro (2007, p.86), a escola deveria ser um espaço “onde efetivamente a democracia não fosse ensinada, mas motivada [...]”. O autor ressalta ainda que:

[...] Há pessoas trabalhando na escola, especialmente em postos de direção, que se dizem democratas apenas porque são ‘liberais’ com alunos, professores, funcionários ou pais, porque lhes ‘dão abertura’

ou 'permitem' que tomem parte desta ou daquela decisão. Mas o que esse discurso parece não conseguir encobrir totalmente é que, se a participação depende de alguém que dá abertura ou que permite sua manifestação, então a prática em que tem lugar essa participação não pode ser considerada democrática, pois democracia não se concede, se realiza: não pode existir "ditador democrático". Se a democratização das relações na escola pública ficar na dependência deste ou daquele diretor magnânimo, que "concede" democracia, poucas esperanças podemos ter de contar, um dia, com um sistema de ensino democrático. (PARO 2006, p.19).

Por todos esses aspectos cabe salientar que na gestão democrática a escola deve buscar ser "instrumento comunicativo efetivo", que não sirvam somente para informar, mas para coletivizar conhecimentos, como também possam comparar, construir e reformular seus métodos e perspectivas de ensino" (SOARES, 2010, p. 01).

Segundo Ferreira (2009, p. 04),

[...] por meio da gestão democrática participativa é possível partilhar decisões, avaliar situações de diferentes pontos de vista, promover e instigar o interesse de todos os envolvidos com a escola (direta ou indiretamente) para que se encontre, perceba-se e perpetue-se uma educação emancipadora, coerente e transformadora.

É no contexto desse entendimento, que Luck (2008, p.16) argumenta a emergência do conceito de gestão escolar democrática,

[...] que ultrapassa o de administração escolar, por abranger uma série de concepções não abarcadas por este outro, podendo-se citar a democratização do processo de construção social da escola e realização do seu trabalho, mediante a organização de seu projeto político-pedagógico, o compartilhamento do poder realizado pela tomada de decisões de forma coletiva, a compreensão da questão dinâmica, conflitiva e contraditória das relações interpessoais da organização, o entendimento dessa organização como uma entidade viva e dinâmica, demandando uma atuação especial de articulação, a compreensão de que a mudança de processos educacionais envolve mudanças nas relações sociais praticadas na escola e nos sistemas de ensino.

A partir dessas questões que a gestão escolar se faz quando ocorre participação de todos envolvidos no processo educativo. Dessa forma, "conceitos como descentralização, democratização e autonomia da escola se tornam não apenas importantes, mas imprescindíveis. [...]" (LUCK, 2008, p.16).

Em relação à descentralização, Casassus (1995, p.82) alerta para que esses processos envolvam “[...] confiar poderes de decisão a órgãos diferentes daqueles do poder central, que não estão submetidos ao dever de obediência hierárquica e que contam com autoridades democraticamente eleitas”, diferentemente do conceito de desconcentração, por ser uma dinâmica que “[...] reflete processos cujo objetivo é assegurar a eficácia do poder central [...] Desta maneira, a desconcentração reflete um movimento cujo sentido é de ‘cima para baixo’.” (CASASSUS, 1995, p. 84).

Os processos de descentralização, segundo esse autor,

[...] estão emoldurados e dependem das formas históricas de organização do Estado; 2. os processos de descentralização não devem ser vistos como fluxos que vão em um só sentido, senão que geram movimentos que vão em sentidos contrários; 3. a descentralização administrativa obedece a uma lógica diferente à da descentralização das funções curriculares; 4. a estrutura não determina necessariamente o resultado. (CASASSUS, 1995, p. 103).

As escolas precisam criar mecanismos para garantir a participação da comunidade no processo de organização e gestão das instâncias educativas, pois segundo Dourado (2013, p. 10):

A participação só será efetiva se os agentes que compõem a comunidade escolar conhecerem as leis que a regem, as políticas governamentais propostas para a educação, as concepções que norteiam essas políticas e, principalmente, se estiverem engajados na defesa de uma escola democrática que tenha entre seus objetivos a construção de um projeto de transformação do sistema autoritário vigente.

Portanto, quando se tem abertura e diálogo com a comunidade escolar em especial com a família, Sordi e Freitas (2013, p.93) destacam a possibilidade de “pactuação entre partes diferentemente situadas no processo, porém fortemente interessadas em que a escola tenha êxito no cumprimento da garantia dos direitos daqueles que acodem a ela”. Sendo assim, ao possibilitar a participação e descentralização da tomada de decisões, também poderá ocorrer o fortalecimento da autonomia da comunidade escolar em prol de ações e decisões pertinentes a melhoria da qualidade educacional, bem como do ambiente escolar e da própria comunidade. É preciso que se perceba que o:

Novo paradigma de gestão precisa resgatar o papel e o lugar da escola como centro e eixo do processo educativo autônomo. [...] A escola autônoma é aquela que constrói no seu interior o seu projeto, que é a estratégia fundamental para o compromisso com sua realização (BORDIGNON, GRACINDO, 2000, falta o número de página).

Sendo assim, a escola busca formar indivíduos críticos, criativos e participativos para no futuro ter condições de democraticamente agir em sociedade.

3. A PARTICIPAÇÃO DA FAMÍLIA NA ESCOLA

Para compreendermos a relação entre família/escola precisamos entender que escola é escola e família é família, e que ambas as instituições tem em comum o fato de prepararem as crianças para sua inserção futura na sociedade (SZYM ANSKY, 1997). Gokhale (1980) acrescenta que a família não é somente o berço da cultura e a base da sociedade futura, mas é também o centro da vida social. A educação, bem sucedida da criança na família é que vai servir de apoio à sua criatividade e ao seu comportamento produtivo quando for adulto.

Para Silva (2003, 2007) a relação família-escola, tem duas vertentes – a escola e o lar – e duas dimensões de atuação – a individual e a coletiva. A primeira vertente (“escola”) inclui todas as atividades realizadas pelos pais na instituição de ensino, tais como reuniões, conversas, participação em eventos e em órgãos de gestão, etc. Segundo o autor, essa é a face mais visível da relação família-escola, que tende a ser identificada apenas com tais atividades. Entretanto, Silva (2003) destaca que fazem parte também dessa relação todas as ações desempenhadas em casa pelo aluno e/ou por seus responsáveis, relacionadas com a escola – as quais comporiam, então, a vertente “lar”: realização e acompanhamento dos deveres de casa, apoios e incentivos de diversas ordens, etc.

Lima (2002) aponta, em relação ao envolvimento dos pais na vida escolar dos filhos, três patamares distintos, de profundidade e de complexidade crescentes. O primeiro patamar é o de “mera recepção de informação”. Nesse patamar, os pais limitam-se a receber e responder comunicados, telefonemas e bilhetes da escola, podendo acompanhar os filhos também em casa, mas mantendo-se distantes do estabelecimento escolar e visitando-o somente quando solicitados ou em ocasiões festivas. O segundo patamar é caracterizado pela “presença nos órgãos de gestão da escola”, sendo os pais entendidos como “parceiros menores da administração da instituição escolar” (LIMA, 2002, p.147). Já no terceiro patamar, os pais apresentam um envolvimento direto na vida da sala de aula, sendo “encarados como parceiros ativos, participantes na concepção, planificação, execução e avaliação de áreas importantes do currículo” (LIMA, 2002, p. 148).

Sendo assim, a relação família - escola deve ser pensada com uma via de mão dupla, pois os dois têm interesses em comum, ou seja, a formação do filho/aluno.

A escola deve se 'reportar' constantemente as experiências anteriores dos educandos, é também defensável que se tomem medidas, no seio da casa ou da família, que possam, depois, facilitar na escola a apreensão dos conteúdos culturais necessários ao desenvolvimento social e cultural da pessoa. A mais importante dessas medidas parece ser precisamente o desenvolvimento de valores favoráveis ao saber e à postura de estudar e interessar-se pelo aprendizado. (PARO, 2007, p. 34).

Nesse sentido, fica claro que “a função da família e a função da escola se completam na construção de um ser humano mais participativo e mais consciente.” (MIRANDA; LEITE; MARQUES, 2010, p.109). Segundo Silva (2014, p.3) “a parceria entre estado, escola e família são de suma importância para a formação integral de nossas crianças”.

No entanto, muitas famílias delegam à escola toda a educação dos filhos, desde o ensino das disciplinas específicas até a educação de valores, a formação do caráter, além da carência afetiva que muitas crianças trazem de casa, esperando que o professor supra essa necessidade. Por outro lado, algumas “famílias sentem-se desautorizadas pelo professor, que toma para si tarefas que são da competência da família.” (SZYMANSKI, 2003, p. 74).

Neste relacionamento escola/família, a troca de informações pode possibilitar a descoberta de significados comuns. Com a devida orientação, a família pode encontrar saídas para seus problemas, de forma a possibilitar que suas crianças e adolescentes desfrutem dos seus direitos de liberdade, respeito e dignidade, inclusive garantidos por lei. Contudo, 'não pode deixar de ser dito que sentimentos são ingredientes na construção de nosso modo de ver o mundo'. (SZYMANSKI, 2003, p. 36).

É importante que a família estabeleça uma parceria com a escola, ofertando orientações e contribuindo sempre que necessário para o desenvolvimento da criança, favorecendo seu crescimento, pois a família é a primeira “fonte” de conhecimentos que a criança possui, sendo assim também é a primeira responsável pelo processo evolutivo das crianças. Neste sentido, Cavalcante (1998, p. 1) explicita que a “colaboração entre pais e escola tem o potencial não somente de melhorar o ambiente escolar, como também de transformar a experiência educacional dos alunos numa vivência mais

significativa”. Szymansky (1997) aborda que há inúmeros fatores que devem ser levados em conta nessa relação família - escola, sendo:

O primeiro deles é que a ação educativa dos pais difere necessariamente da escola nos seus objetivos, conteúdos, métodos, no padrão de sentimentos e emoções que estão em jogo, na natureza dos laços pessoais entre os protagonistas e, evidentemente, nas circunstâncias em que ocorrem. Outro fator a ser considerado refere-se às estratégias de socialização familiar: se são complementares ou não às da escola e isto depende muito da classe social a que a família pertence. As famílias podem desenvolver práticas que venham a facilitar a aprendizagem escolar (p. ex., preparar para a alfabetização) e desenvolver hábitos coerentes com os exigidos pela escola (SZYMANSKY, 1997, p. 217).

Desta forma, a família possui função estratégica em desenvolver valores à futuros e atuais alunos, pois segundo os estudos de Vasconcelos (1989), cada vez mais alunos vêm para a escola com menos limites trabalhados e ensinados pela família. Muitas famílias passam a sua responsabilidade para a escola, com essa situação instalada a escola enfrenta problemas vinculados à desordem, ao desrespeito, a violência e a discriminação.

Entretanto, é preciso que a escola busque facilitar esse diálogo, já que muitos pais e professores ainda tem a falsa ideia de que a escola só pode chamar para conversar quando o filho fez algo de errado. Para Paro (1993, p.68), ainda carecem de encaminhá-la de forma efetiva: “parece haver, uma incapacidade de compreensão por parte dos pais, daquilo que é transmitido na escola; por outro lado, uma falta de habilidade dos professores para promoverem essa comunicação”.

De acordo com Paro (2007), o caminho para chamar os pais para a escola é, dar voz e voto aos pais quando se tem reuniões e/ou outros espaços de participação, fazendo com que se sintam acolhidos e tenham orgulho de participar da educação de seus filhos. Demonstra-se assim, iniciativa para envolver os pais ao disponibilizar momentos para que manifestem entendimentos, apreensões e expectativas, criando um ambiente favorável para o desenvolvimento de uma gestão democrática, voltada à participação, colaboração e envolvimento da comunidade escolar, em especial, das famílias.

4. O PERCURSO METODOLÓGICO

O estudo iniciou-se pela coleta de dados e a organização do material apurado, seguindo critérios prévios de análise, tendo como diretriz inicial alguns procedimentos de Bardin (2009, p.121) que serviram de base para análise:

A organização da análise; a codificação de resultados; as categorizações; as inferências; e, por fim, a informatização da análise das comunicações. Para uma aplicabilidade coerente do método, de acordo com os pressupostos de uma interpretação das mensagens e dos enunciados, a Análise de Conteúdo deve ter como ponto de partida uma organização. As diferentes fases da análise de conteúdo organizam-se em torno de três polos: A pré-análise; A exploração do material; e, por fim, O tratamento dos resultados: a inferência e a interpretação.

O levantamento de dados realizado nesta pesquisa é chamado “Estado da Arte” ou “Estado do Conhecimento”, por se tratar “de um instrumento que busca a compreensão do conhecimento sobre determinado tema, em um período de tempo específico e, conseqüentemente, sua sistematização e análise” (TEIXEIRA, 2006, p. 60). No entanto, podem receber outras denominações, tais como: “Síntese integrativa” (ANDRÉ, 2002), “Trabalhos inventariantes” (SOARES; MACIEL, 2000) ou “Pesquisas que estudam pesquisas” (SLONGO, 2004).

Nessa perspectiva, o Estado da Arte pode significar importante contribuição na constituição do campo teórico de uma área do conhecimento, pois, além de identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, podem apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa e as experiências inovadoras como alternativas para solução de problemas (FREITAS; PIRES, 2015).

Esse levantamento de dados elaborado a partir da plataforma SciELO (Scientific Electronic Library Online), envolveu três descritores na busca (*gestão, escola e família*), considerando um período de quase trinta anos, entre 1991 a 2018. Nessa pesquisa foram encontrados 19 artigos que contemplavam a temática e objetivos deste trabalho, conforme exposição abaixo:

Quadro 1: Levantamento da produção

(continua)

Número do Artigo	Referência
1	NARDI, Elton Luiz. Gestão democrática do ensino público na educação básica: dimensões comuns e arranjos institucionais sinalizados em bases normativas de sistemas municipais de ensino. Educ. rev. , Curitiba, v. 34, n. 68, p. 123-136, Abr. 2018. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000200123&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.57218 .
2	BOTLER, Alice Miriam Happ. Gestão escolar para uma escola mais justa. Educ. rev. Curitiba, v. 34, n.68, p.89-105, abril de 2018. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602018000200089&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 de maio de 2018. http://dx.doi.org/10.1590/0104-4060.57217 .
3	VERSIANI, Ângela França; REZENDE, Sérgio Fernando Loureiro; PEREIRA, Antônio Carlos. Contribuições da Teoria institucional para a Análise da Gestão de Escolas: um Estudo de Caso de Escola Pública Brasileira Bem Sucedida nos Índices de Desempenho da Educação Básica. REAd. Rev. eletrôn. adm. (Porto Alegre) , Porto Alegre, v. 22, n. 1,p. 193-224, Abr. 2016 . Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-23112016000100193&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/1413-2311.0312015.57041 .
4	RESENDE, Tânia de Freitas; SILVA, Gisele Ferreira da. A relação família-escola na legislação educacional brasileira (1988-2014). Ensaio: aval.pol.públ.Educ. , Rio de Janeiro , v. 24, n. 90, p. 30-58, Mar. 2016 . Disponível em : < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362016000100030&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362016000100002 .
5	GOMES, Roberto Alves; MARTINS, Angela Maria. Conflitos e indisciplina no contexto escolar: a normatização do Sistema de Proteção Escolar em São Paulo. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. , Rio de Janeiro , v. 24, n. 90, p. 161-178, Mar. 2016 . Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362016000100161&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362016000100007 .
6	MATOS, Sandra Maria Nascimento de. Inclusão/exclusão escolar e afetividade: repensando o fracasso escolar das crianças de classes populares. Educ. rev. , Curitiba, n. 44, p. 217-233, Jun. 2012. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602012000200014&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 May 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602012000200014 .

Quadro 2: Levantamento da produção

(continuação)

7	LIMA, Paulo Gomes; ARANDA, Maria Alice de Miranda; LIMA, Antonio Bosco de. Políticas Educacionais, Participação e Gestão democrática da Escola na Contemporaneidade Brasileira. Ens. Pesqui. Educ. Ciênc. (Belo Horizonte), Belo Horizonte, v. 14, n. 1, p. 51-64, Abr. 2012 Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-21172012000100051&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/1983-21172012140104 .
8	NETO, Antônio Cabral; CASTRO, Alda Maria Duarte Araújo. Gestão escolar em instituições de ensino médio: entre a gestão democrática e a gerencial. Educ. Soc. , Campinas, v. 32, n. 116, p. 745-770, Set. 2011 Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302011000300008&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302011000300008 .
9	GARCIA, Heloisa Helena Genovese de Oliveira; MACEDO, Lino de. Reuniões de pais na educação infantil: modos de gestão. Cad. Pesqui. , São Paulo, v. 41, n. 142, p. 208-227, Abr. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742011000100011&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742011000100011 .
10	ARELARO, Lisete Regina Gomes; JACOMINI, Márcia Aparecida; KLEIN, Sylvie Bonifácio. O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação. Educ. Pesqui. , São Paulo, v. 37, n. 1, p. 35-51, Abr. 2011. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022011000100003&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022011000100003 .
11	SOUZA, Ângelo Ricardo de. Explorando e construindo um conceito de gestão escolar democrática. Educ. rev. , Belo Horizonte, v. 25, n. 3, p. 123-140, Dez. 2009 Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982009000300007&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-46982009000300007 .
12	MARTINS, Angela Maria. O contexto escolar e a dinâmica de órgãos colegiados: uma contribuição ao debate sobre gestão de escolas. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. , Rio de Janeiro, v. 16, n. 59, p. 195-206, Jun. 2008. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40362008000200003&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40362008000200003 .

Quadro 3: Levantamento da produção

(conclusão)

13	DOWBOR, Ladislau. Educação e apropriação da realidade local. Estud. av. São Paulo, v. 21, n. 60, p. 75-90, agosto de 2007. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142007000200006&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 de Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142007000200006 .
14	GHANEM, Elie. Educação e participação no Brasil: um retrato aproximativo de trabalhos entre 1995 e 2003. Educ. Pesqui. , São Paulo, v. 30, n. 1, p. 161-188, Abr. 2004. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000100009&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022004000100009 .
15	COSTA, Jorge Adelino. Projectos educativos das escolas: um contributo para a sua (des) construção. Educ. Soc. Campinas, v. 24, n. 85, p. 1319-1340, dezembro de 2003. Disponível em < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-73302003000400011&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 de Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-73302003000400011 .
16	MONFREDINI, Ivanise. O projeto pedagógico em escolas municipais: análise da relação entre a autonomia e manutenção e/ou modificação de práticas escolares. Educ. Pesqui. , São Paulo, v. 28, n. 2, p. 41-56, Jul 2002 . Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022002000200004&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S1517-97022002000200004 .
17	ROSSI, VERA LÚCIA SABONGI DE. Desafio à escola pública: tomar em suas mãos seu próprio destino. Cad. CEDES , Campinas, v. 21, n. 55, p. 92-107, Nov. 2001. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-32622001000300007&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0101-32622001000300007 .
18	CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. Relações entre família e escola e suas implicações de gênero. Cad. Pesqui. , São Paulo, n. 110, p. 143-155, Jul. 2000 . Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742000000200006&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0100-15742000000200006 .
19	MELLO, Guiomar Namó de; SILVA, Rose N. da. A gestão e a autonomia da escola nas novas propostas de políticas educativas para a América Latina. Estud. av. , São Paulo, v. 5, n. 12, p. 45-60, Aug. 1991. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141991000200004&lng=en&nrm=iso >. Acesso em 31 Mai. 2018. http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40141991000200004 .

Fonte: Elaboração Própria. Base de dados da Plataforma Scielo.

De acordo com os critérios de Bardin (2009), foi feita a análise de conteúdo e para um melhor entendimento os artigos foram classificados em três categorias ou temáticas:

Quadro 4: Levantamento realizado sobre os 19 artigos

Temática do artigo	Total de Artigos	Número do artigo que pertence a cada temática	Período de produção
Importância da Gestão Democrática nas Escolas Públicas	9 Artigos	Artigo 1, artigo 2, artigo 6, artigo 7, artigo 10, artigo 11, artigo 12, artigo 15 e artigo 19	1991 – 2018
Gestão Democrática e a Participação da Família	4 Artigos	Artigo 3, artigo 8, artigo 14 e artigo 17	2001 – 2016
Relação Família-Escola	6 Artigos	Artigo 4, artigo 5, artigo 9, artigo 13, artigo 16 e artigo 18	2000 – 2016

Fonte: Dados Elaborados Pelo Autor do texto.

Com base nas leituras e na categorização das temáticas, foram elaborados breves resumos dos artigos com intuito de apresentar um panorama geral da produção analisada.

Quadro 5: Breve resumo dos 19 artigos

(continua)

Temática	Nº do Artigo	Resumo
Importância da Gestão Democrática nas Escolas Públicas	Artigo 1	Analisa um quadro de mecanismos de participação e arranjos institucionais, patrocinados por sistemas municipais de ensino, para promover a democratização da gestão do ensino público na educação básica.
	Artigo 2	Apresenta os resultados de pesquisa que discute a justiça com incidência nas práticas de gestão e organização escolar, visando tornar visíveis as injustiças que a compõe.

Quadro 6: Breve resumo dos 19 artigos

(continuação)

	Artigo 6	Analisa a inclusão na educação. A gestão da afetividade positiva predispõe a ação e a reação em diferentes situações, fazendo com que o aluno “sinta” a aprendizagem, despertando o interesse em aprender. Tendo que se ter uma escola democrática e justa, que garanta acesso e permanência dos alunos em uma escola de qualidade.
	Artigo 7	Analisa os condicionantes sócios históricos das políticas educacionais no Brasil, o entendimento da participação como um dos canais do processo democrático e a gestão democrática da escola a partir da década de 1990.
	Artigo 10	Analisa as consequências das Leis Federais nº. 11.114/05, que instituiu o início da obrigatoriedade do ensino fundamental aos 6 anos de idade, e a de nº 11.274/06, que ampliou a duração do ensino fundamental para nove anos, mantido o início aos 6 anos.
	Artigo 11	Investiga as relações entre a política, o poder e a democracia na escola pública. Destacando os elementos que caracterizam a gestão escolar como fenômeno político e como lócus para os processos de disputas e de dominação.
	Artigo 12	Busca compreender o campo de tensão constituído no contexto escolar, considerando as relações instauradas entre direção, professores, coordenadores pedagógicos, pais e alunos quando reunidos em órgãos colegiados e reuniões pedagógicas coletivas.
	Artigo 15	Demonstra como o desenvolvimento da autonomia das organizações escolares tem sido associado à ideia de que cada escola deve construir o seu projeto educativo.
	Artigo 19	Traz ideias de estudiosos e teóricos da educação que vêm recolocando a dinâmica do funcionamento da escola no centro de suas preocupações, superando a utopia ingênua de que a educação escolar poderia mudar a sociedade.
Gestão Democrática e a Participação da Família	Artigo 3	Discute como a teoria institucional auxilia no entendimento da gestão de escolas. Identifica como foi institucionalizado um padrão específico de gestão e de valores.
	Artigo 8	Investiga os resultados de uma pesquisa efetuada em escolas públicas estaduais, do ensino médio, procurando destacar como a gestão escolar se organiza, considerando duas dimensões desse processo: o projeto político-pedagógico e os conselhos escolares.

Quadro 7: Breve resumo dos 19 artigos

(conclusão)

	Artigo 14	Examina sessenta títulos referentes ao tema Educação e Participação no Brasil, produzidos em universidades da Região Sudeste. As obras foram agrupadas, segundo o enfoque, em duas dimensões: participação na unidade escolar e gestão democrática em programas de reforma educativa.
	Artigo 17	Reflete sobre algumas das novas estratégias de trabalho de grupo e de participação de pais, alunos e professores no sistema educativo que vêm sendo generalizadas enquanto argumentos democráticos, contribuindo para a despolitização das práticas de gestão escolar nas escolas públicas.
Relação Família-Escola	Artigo 4	Objetiva investigar de que modo a relação família-escola é contemplada nos documentos; analisar os níveis de regulamentação dessa relação; analisar dimensões políticas, sociais e ideológicas nela envolvidas expressas pelos textos legais.
	Artigo 5	Analisa o programa Sistema de Proteção Escolar – SPE, implementado pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (SEESP), desde 2011, com foco nos fundamentos políticos e pedagógicos explicitados em seu escopo legal.
	Artigo 9	Discute a relação entre escolas e famílias no contexto da educação infantil por meio da análise de reuniões de pais.
	Artigo 13	A geração de conhecimentos sobre a realidade local e a promoção de uma atitude proativa para o desenvolvimento fazem parte evidente de uma educação que pode se tornar no instrumento científico e pedagógico da transformação local.
	Artigo 16	Discute o projeto pedagógico e a relação com a gestão autônoma da escola.
	Artigo 18	Aborda como a política educacional recente, de caráter neoliberal, está cobrando a participação dos pais na gestão da escola pública e no dever de casa, tanto nos Estados Unidos quanto no Brasil.

Fonte: Dados Elaborados Pelo Autor do texto

4.1 RESULTADOS E DISCUSSÃO DOS DADOS**Temática 1: Importância da Gestão Democrática nas Escolas Públicas**

Esta temática é composta por nove artigos e esboça a compreensão sobre a gestão democrática nas escolas públicas, sendo de suma importância, pois todos os artigos são unânimes em destacar que, ao garantir a participação

de todos envolvidos no processo educacional, a escola tende a buscar atender os objetivos e anseios de todos, formando assim uma escola mais justa. Para que isso ocorra, um dos caminhos a ser seguido é a consolidação de uma gestão escolar democrática.

Sendo assim, a partir das análises, as publicações corroboram com os princípios da gestão democrática. Nardi (2018, p.125) afirma em seu artigo que “a participação se vincula estreitamente com a ideia de descentralização do poder, posto ser este o fator determinante do processo de democratização da ação do Estado e de suas práticas institucionalizadas”. Arelaro, Jacomini e Klein (2011, p.42) ressaltam que:

Embora garantida na legislação, a prática da gestão escolar nem sempre considera os elementos básicos da gestão democrática: a participação e a tomada de decisão de forma coletiva, garantindo a manifestação das diferentes opiniões. Em relação à gestão da escola, muitas vezes, a participação, especialmente a de pais e alunos, nas instâncias de discussão e decisão é meramente formal.

A democratização ainda depende basicamente da vontade daqueles que estão no poder. Não há, portanto, um modelo participativo que consiga deslocar a gestão democrática do eixo da centralização para o eixo do coletivo. Segundo Lima, Aranda e Lima (2012, p. 58):

A gestão democrática para ser legítima deve fazer valer a participação e democracia sem mascaramentos, isto é, considerados serão o desejo da consciência coletiva e suas solicitações quanto à leitura de mundo. É exatamente nesse sentido que é necessário analisá-la criticamente, problematizá-la, desmistificá-la, o que corresponde a transitar entre suas possibilidades e seus limites.

Nesta perspectiva, Botler (2018) defende a busca por uma escola mais justa. Esse autor salienta que para existir uma escola justa, a mesma deve ter seus princípios baseados na participação e na autonomia, pautados na legislação brasileira a partir da promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. A escola mais justa preza pelas singularidades e a diversidade, focalizando o sentimento do estudante de maneira que ele seja envolvido e se identifique com a escola.

Essa proposição vincula-se à estratégia de gestão democrática que auxilia na relação entre alunos e professores e na obtenção de certo consenso, o que reduz o sentimento de injustiça e oferece mais conforto nas relações interpessoais características das escolas. Botler (2018, p. 96) ainda ressalta

que o objetivo maior de uma escola baseada na justiça e democratização é uma “educação para além dos aspectos administrativos ou financeiros, secundarizando as divergências porventura existentes”. Desta forma, “revela a valorização do aluno e do trabalho do professor, o que colabora para uma experiência escolar saudável” (BOTLER, 2018, p. 96).

Mattos (2012, p.223) destaca que ao obter-se uma gestão democrática e justa, a escola, conseqüentemente, torna a inclusão no ambiente escolar um processo mais fácil, pois irá assegurar uma educação com “respeito ao desenvolvimento humano em seus diversos aspectos (cultural, social, emocional, linguístico e espiritual) e a solidariedade, assegurando crenças, costumes e valores que garantam dignidade e a construção da identidade”.

Portanto, argumenta Souza (2009) que a gestão democrática busca uma escola para todos, assim como atender os interesses de todos:

A gestão democrática é compreendida, então, como um processo político no qual as pessoas que atuam na/sobre a escola identificam problemas, discutem, deliberam e almejam, encaminham, acompanham, controlam e avaliam o conjunto das ações voltadas ao desenvolvimento da própria escola na busca da solução daqueles problemas (SOUZA, 2009, p.125).

Costa (2003) corrobora com os demais autores explicitados nessa temática ao indicar a construção da gestão democrática como um processo respaldado por um projeto educativo da escola ou um projeto político pedagógico (PPP), pois muito dificilmente uma escola irá conseguir ter sucesso na gestão se desde a fase inicial da sua concepção, os seus diversos intervenientes não forem chamados a contribuir para tal. Entretanto, de nada adianta um projeto educativo constar no papel apenas e não ser operacionalizado na realidade concreta da dinâmica escolar. Mello e Silva (1991) perspectivam que uma educação de qualidade não significa aumentar o número de escolas e vagas, sem resolver os problemas de qualidade.

Nas escolas analisadas por Martins (2008) foi evidenciado que a gestão democrática, embora em um primeiro momento diretores, professores, funcionários e pais possam sentir-se inseguros em situações de conflitos gerados em reuniões, pode funcionar como um estímulo que faltava para implementações de ideias comuns que geram projetos coletivos. Ou seja, é através do dialogo que se constroem atitudes de respeito às diferentes

perspectivas, opiniões, sugestões e a empatia necessária à construção de propostas educacionais efetivas e assumidas pela comunidade escolar.

Tendo em vista os aspectos observados e analisados nos artigos pode-se perceber que a gestão democrática tende auxiliar na solução de problemas do cotidiano escolar, já que todos conseguem se expressar e buscar métodos para diminuir as dificuldades encontradas, havendo assim uma tomada de decisão em coletivo e não centralizadas na responsabilidade apenas de uma pessoa, geralmente, o diretor.

Temática 2: Gestão Democrática e a Participação da Família

A segunda temática é composta por quatro artigos que tem enfoque na relação entre a gestão democrática e a participação da família na escola, pois diferente da primeira temática que abordava apenas a importância de haver uma gestão escolar democrática, a segunda volta-se muito mais para a participação da família e qual sua importância nesse contexto.

Para Rossi (2001, p.96), a participação da família na atividade escolar

É uma das medidas preconizadas pelas Reformas Educativas dos anos 90, que se denominaram estruturadoras e estiveram apoiadas na equidade, qualidade, diversidade e eficiência. Sua característica essencial consiste em alterar as regras básicas do sistema educativo e escolar. Reestruturar, nesse contexto, significa recolocar a capacidade de decisão sobre as práticas de gestão em uma nova distribuição da legitimidade de intervenção para prover de direção o sistema escolar.

A participação da família na escola como visto anteriormente é algo que pode trazer inúmeros benefícios para a educação dos estudantes. Versiani, Rezende e Pereira (2016) deixam claro em seu texto que quanto mais há inclusão e participação das famílias nas escolas mais se pode avançar para um estilo de gestão que valorize a relação com a comunidade, instituindo diferentes formas de interação. Essa participação, geralmente, ocorre por meio da ampliação dos espaços e atividades envolvendo a comunidade, bem como pelo engajamento da família nas ações escolares, desenvolvidas coletivamente. Também ressaltam a disponibilidade da escola em atender as demandas da comunidade e a melhoria das condições de ensino.

Outra forma de propiciar o engajamento da família na escola ocorre via conselho escolar. O conselho escolar é o órgão máximo para tomada de

decisões em uma escola e deve ser formado por representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, incluindo pais, alunos, professores e demais funcionários. Para uma maior significação no contexto da gestão democrática o conselho precisa desempenhar funções deliberativas, consultivas e fiscalizadoras relativas às questões administrativas, financeiras e pedagógicas da escola. Dessa forma, possibilita a prática da discussão, a construção coletiva do conhecimento, o compartilhamento do poder decisório, propiciando aos seus membros uma formação mais consciente e mais crítica (NETO, 2011).

Outro aspecto pontuado pelos autores dos artigos que compõem esta temática refere-se à melhoria da qualidade do ensino-aprendizagem. Demonstra-se que quanto maior a confiança das famílias nos professores mais os estudantes aprendem. Becher (1984) afirma que:

Pais que estão envolvidos na escolaridade dos filhos desenvolvem uma atitude mais positiva com relação a escola e com relação a si mesmos, se tornam mais ativos na sua comunidade e tendem a melhorar seu relacionamento com os filhos. Além do mais, com o envolvimento dos pais na escola os conflitos da escola com os familiares tendem a se reduzir, melhorando ainda mais o ambiente escolar.

Ghanem (2004) salienta a correlação positiva entre o aumento da participação e a qualidade da educação, pois os pais encontram proximidade necessária com a escola para a resolução de problemas e conseqüentemente busca de alternativas para tais enfrentamentos.

Levando-se em consideração esses aspectos, percebemos que quanto mais a família busca se envolver na escola, mais a escola avança para a gestão democrática, pois havendo essa relação consegue-se ter um envolvimento para a produção de bons resultados educacionais.

Temática 3: Relação Família – Escola

A última temática envolve seis artigos que abordam a relação da família com a escola. Os autores são unânimes quando ressaltam que a família ajuda na qualidade de aprendizagem dos alunos. Entretanto, Resende e Silva (2016) apresentam um fato importante a ser analisado, que é a falta ainda de ações da família na escola. Ou seja, muitos pais ainda se limitam apenas em

responder comunicados, telefonemas, bilhetes, ou seja, mantendo certa distância da escola e de suas decisões institucionais.

Para Carvalho (2000, p.146):

A parceria família-escola é, então, oficialmente apresentada como solução para várias necessidades aparentemente compatíveis: dos pais e do lar, sobretudo nos casos de crianças em desvantagem social, portadoras de características especiais e/ou bilíngues (imigrantes); de reforço acadêmico no lar, por meio de políticas explícitas de dever de casa; de participação dos pais na tomada de decisões educacionais na escola; de financiamento adequado das escolas; e, de padrões elevados de desempenho escolar e docente.

A relação entre a família e a escola de acordo com Monfredini (2002) deve buscar a produção/realização do projeto pedagógico e é de responsabilidade da escola por em prática, buscando assim alcançar as metas pretendidas. Para Resende e Silva (2016), no Brasil, as contribuições dos pais em sala de aula são, em geral, raras, pontuais e limitadas a objetivos específicos, como enriquecimento curricular (por exemplo, entrevista sobre sua profissão) ou apoio ao trabalho do professor (atendimento individual a alunos, etc.), não configurando uma participação efetiva na gestão da sala de aula.

Ao pensarmos em escolas públicas temos que reconhecer:

[...] que os baixos níveis de escolaridade e renda de sua clientela desestimulam tanto a participação dos pais nas reuniões escolares quanto à adoção de deveres de casa. Agora, porém, o modelo de envolvimento dos pais na escola está sendo assimilado no contexto da atual tendência à descentralização da gestão educacional e melhoria da produtividade e qualidade escolar no sistema de ensino público (CARVALHO, 2000, p.147).

Por outro lado, devemos ter em mente que é preciso que a escola promova atividades que os pais realmente possam contribuir, como exemplifica Kroth (1985):

A importância de se promover oportunidades para que os pais usem suas qualidades e habilidades na escola, como por exemplo, promovendo situações em que os pais visitem a sala de aula e ensinem aos estudantes alguns projetos simples, ou conversem com os alunos sobre suas profissões, etc.[...] Programas e atividades escolares devem, portanto, na medida do possível serem adequadas as suas experiências.

O envolvimento e a abertura ao diálogo possibilita que a escola consiga resolver as situações conflituosas e contar com a presença e apoio da família

para que possam, juntos, família e escola, assumir suas responsabilidades (GOMES; MARTINS, 2016). Sendo assim:

É preciso haver um caminho de mão dupla entre escolas e famílias, propiciando conhecimento tanto da realidade familiar, cultural e social, como da realidade escolar: metas, atitudes e prioridades educacionais (GARCIA; MACEDO, 2011, p. 210).

Os gestores, desta forma, necessitam compreender que as famílias possuem conhecimentos importantes e que, por isso, possuem condições de participar mais efetivamente nas decisões escolares e na vida escolar dos alunos.

Ao estabelecer essa relação, a escola passa a ser uma articuladora dos diversos espaços do conhecimento que existem e principalmente valorizar os oriundos do próprio contexto dos alunos inseridos e familiarizados com a realidade da escola (DOWBOR, 2007). Portanto, quando a família tem definido sua função perante a escola e na vida escolar do aluno, poderá auxiliar a escola em prol da qualidade educacional desejada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do estudo realizado sobre a relação família e gestão escolar, baseado na produção do conhecimento analisada, é possível constatar os impactos vinculados ao objeto desta pesquisa nos seguintes aspectos:

Inicialmente, pode-se afirmar que essa parceria “família - escola” contribui para melhorar a qualidade do ensino e aprendizagem dos alunos. A participação da família na escola torna-se fundamental no desenvolvimento do processo educacional, porque é na família que cada aluno começa seu desenvolvimento ético, moral e que a criança aprende modos de existir e criar, podendo ou não facilitar seu processo de aprendizagem futuro na escola. Sendo assim, a família passa a assumir um papel decisivo nesse processo.

A participação da família ajuda a criança a criar um vínculo tanto com os professores como com a própria instituição escolar. Essa relação auxilia os alunos, pois quanto maior a confiança das famílias nos professores mais os estudantes aprendem e com isso todos tendem a ganhar. Portanto, muitas vezes, o sucesso escolar depende do apoio direto e sistemático da família que investe nos filhos, compensando tanto dificuldades individuais quanto deficiências escolares, ou seja, a influência da família pode refletir tanto no comportamento da criança no meio educacional, quanto no desempenho escolar.

Outro aspecto a considerar é que a família e a escola possuem papéis e responsabilidades diferentes perante o desenvolvimento e formação dos indivíduos. Para ocorrer uma “aproximação” entre as duas instituições, a ponto de refletir na qualidade do ensino, é preciso que existam formas de participação da família na escola. Essa participação pode ocorrer de várias formas e intensidades, preconizadas por diferentes tipos de reuniões, com diferentes objetivos, conselhos de classe, conselho escolar, eleição direta para diretores, (re)construção do PPP, entre outros, no sentido de buscar desenvolver ações e atividades que aproximem as famílias da vida escolar de seus filhos.

Entretanto, é preciso que essa participação seja efetiva, com espaço aberto ao diálogo, à construção coletiva, ao envolvimento e responsabilização participativa da comunidade escolar, buscando contemplar os diferentes pontos de vista, opiniões e posições. Neste sentido, há perspectiva de minimizar a

troca de informações sobre os aspectos individuais dos alunos, assim como o sentimento de intimidação das famílias em participar das ações escolares, seja por falta de estudo/conhecimento sobre a área educacional, ou por falta de abertura e acolhimento.

Em consequência ao enfoque dado à participação, está imbricado o modelo de gestão escolar democrático, pois se constata que a comunidade escolar se envolve em ações e projetos nas mais diferentes perspectivas, em razão da noção de escola como espaço de vivência democrática, de administração participativa e projeto pedagógico coletivo, para todos e feita por todos. Isso contribui para garantir a permanência dos estudantes na escola, a qualidade de aprendizagem para todos e o estabelecimento de uma escola com justiça social.

Apesar de todas as publicações serem unânimes em apontar benefícios entre a relação família-escola na qualidade educacional, não foi possível constatar experiências exitosas e/ou não exitosas, já que as publicações analisadas não abordam dados oriundos de práticas concretas nas escolas. A fundamentação e defesa da correlação positiva entre família e escola ocorrem mais no sentido teórico do que na comprovação empírica.

Sendo assim, a partir dessas considerações não conclusivas, identificou-se com as análises que ainda existem limites para que se consiga por em prática o estabelecimento da participação ativa e vinculante entre família-escola via gestão escolar democrática.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. et al. Estado da arte da formação de professores no Brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 20, n. 69, p. 301-309, 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n68/a15v2068.pdf>>. Acesso em: 13 Jun. 2018
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 21 dez. 1996. Seção 1, p. 27833-27841.
- Becher, R. M. **Parent Involvement: A review of research and principles of successful practice**. ERIC Clearinghouse on Elementary and Early Childhood Education. Urbana, IL. 1984
- BORDIGNON, Genuíno; GRACINDO, Regina Vinhaes. Gestão da educação: o município e a escola. **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo: Cortez, p. 147-176, 2000.
- CASASSUS, J. **Tarefas da educação**. Tradução de: Oscar Calavia Sáez. Campinas: Autores Associados, 1995.
- CAVALCANTE, Roseli Schultz Chiovitti. Colaboração entre pais e escola: educação abrangente. **Psicol. Esc. Educ.** (Impr.), Campinas, v. 2, n. 2, p. 153-160, 1998.
- DOURADO, Luiz Fernandes. **Gestão Escolar Democrática: definições, princípios, mecanismos de sua implementação**. UFG, 2013.
- FERREIRA, Edmar Lucas. **Descentralização do Poder: A Prática da Gestão Democrática e Participativa na Escola**. 2009. Disponível em: <http://unifia.edu.br/revista_eletronica/revistas/gestao_foco/artigos/ano2013/setembro/descent.pdf>. Acesso em: 03 de maio de 2018
- GOKHALE, S. D. A família desaparecerá?. In: **Revista Debates Sociais**. nº 30, ano XVI. Rio de Janeiro, CBSSIS, 1980.
- JACOB, P. R. Educação, ampliação da cidadania e participação. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 26, n. 2, p. 11-29, jul./dez. 2000.
- LIMA, J A. A presença dos pais na escola: aprofundamento democrático ou perversão pedagógica? In: LIMA, J A. (Org.). **Pais e professores: um desafio à cooperação**. Porto: ASA, 2002.
- LUCK, Heloísa. Perspectiva da Gestão Escolar e Implicações quanto à Formação de seus Gestores. **Revista: Em Aberto**, Brasília, v. 17, n. 72, p.11-16, fev./jun. 2000. Disponível em: <<http://www.publicacoes.inep.gov.br>>. Acesso em: 20 de maio de 2018

MENDONÇA, Erasto Fortes. **Estado Patrimonial e Gestão Democrática do Ensino Público no Brasil**. 2001. Educ. Soc. [online]. 2001, vol.22, n.75, pp.84-108

MIRANDA, Marília; LEITE, Sandra R. M; MARQUES, Emanuely. **Família e Escola: elementos para uma participação democrática**. In: VIEITEZ, Cândido; DALRI, Neusa (orgs) ORG & DEMO, Marília: **Oficina universitária**, 2010, v.11, n.1, jan/jul.

PARO, Vitor Henrique. **Gestão democrática da escola pública**. 3. ed. São Paulo: Ática, 2001

PARO, Vitor Henrique. **Gestão escolar, democracia e qualidade do ensino**. São Paulo: Ática, 2007.

SILVA, Ivanilson José Santana da. **O papel dos pais frente à aprendizagem**. Publicada em 2 de mai de 2014. Disponível em: <<http://pt.slideshare.net/christianceapcursos/ivanilson-editado>>. Acesso em: 02 de maio de 2018

SLONGO, I. I. P. **A produção acadêmica em ensino de biologia: um estudo a partir de teses e dissertações**. Florianópolis: UFSC, 2004.

SOARES, M. B.; MACIEL, F. **Alfabetização**. Brasília: MEC: Inep, 2000.

SORDI, M. R.; FREITAS, L. C. **Responsabilização participativa. Retratos da Escola**, Brasília, v. 7, n. 12, 2013.

SZYMANSKI, H. Encontros e desencontros na relação família-escola. In: TOZZI, D. A.; ORNESTI, L. F. (Coord.). **Os desafios enfrentados no cotidiano escolar**. São Paulo: FDE, 1997.

SZYMANZKI, Heloisa. **A relação família/escola: desafios e perspectivas**. 1 reimpressão. Brasília, Plano Editora: 2003.

TEIXEIRA, C. R. **O “estado da arte”: a concepção de avaliação educacional veiculada na produção acadêmica do programa de pós-graduação em educação: currículo (1975- 2000)**. Cadernos de Pós-Graduação: educação, São Paulo, v. 5, n. 1, p. 59-66, 2006.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Disciplina: construção da disciplina consciente e interativa em sala de aula e na escola**. 7. ed. São Paulo: Libertad, 1989.

VEIGA, I. P. A. **Projeto Político Pedagógico: uma construção possível**. Campinas: Papyrus, 1995.

